

# CIGARROS “LIGHT” E DE “BAIXO ALCATRÃO”

## Importantes achados científicos e declarações de saúde pública

A comercialização de cigarros “light” e de “baixo alcatrão” resultou em centenas de bilhões de dólares em vendas para a indústria do tabaco, e em resultados trágicos para os fumantes. Evidências internacionais mostram de forma conclusiva que esses produtos não são menos nocivos que os cigarros regulares, e o consumo de cigarros “baixo alcatrão” não é uma alternativa mais saudável que parar. Importantes organizações de saúde pública e outras entidades expuseram a fraude do “light” e “baixo alcatrão”, determinando a proibição de termos enganosos como “light,” “baixo alcatrão” e “suave.”

### Convenção-Quadro para Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde (OMS)<sup>1</sup>

Adotada em 2003, a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (FCTC) da OMS é o primeiro tratado mundial de saúde pública destinado a reduzir os impactos devastadores do tabaco à economia e à saúde.

No Artigo 11, a FCTC reconhece que o aumento explosivo no consumo de cigarros “light” e “baixo alcatrão” é facilitado em parte pelo uso de descritores enganosos como “light” e “baixo alcatrão” nas embalagens e rótulos de cigarros. Assim, a FCTC exige que as nações signatárias proíbam o uso de descritores enganosos, como “light” e “baixo alcatrão” em embalagens e rótulos de cigarros.

### Comitê Científico da OMS para regulamentação de produtos de tabaco<sup>2</sup>

Em 2003, o Comitê Científico da OMS para Regulamentação de Produtos de Tabaco (SACTob) recomendou que:

- Teores numéricos de alcatrão, nicotina e CO baseados em métodos atuais ISO/FTC e apresentados em embalagens e na publicidade de cigarros como valores numéricos isolados são enganosos, e não devem ser exibidos.
- Todas as declarações enganosas sobre saúde e exposição devem ser proibidas.
- A proibição deve ser aplicada a embalagens, nomes fantasia, publicidade e outras atividades promocionais. Os termos proibidos devem incluir “light”, “ultralight”, “suave” e “baixo alcatrão”, e podem se estender a outros termos enganosos. A proibição deve incluir não apenas termos e declarações, mas também nomes, marcas registradas, imagens e outras formas de transmitir a impressão de que o produto traz algum benefício à saúde.

### Monografia 83 da Agência Internacional para Pesquisa do Câncer (IARC) da OMS<sup>3</sup>

Em 2002, a IARC divulgou um relatório sobre a fumaça do cigarro e o fumo involuntário, que concluiu o seguinte:

---

### O debate acabou

**“Ao entrarem nessa farsa, (as empresas de tabaco) aumentaram drasticamente suas vendas de cigarros de baixo alcatrão/light, aliviaram os medos de fumantes sobre os riscos à saúde do fumo, e sustentaram as receitas corporativas apesar das evidências cada vez maiores dos efeitos do fumo à saúde...”**

*Judge Gladys Kessler, em EUA v. Phillips Morris, 2006*

---

- A análise do modo que as pessoas fumam cigarros modernos mostra que doses reais de nicotina, carcinógenos e toxinas depende da intensidade e do método de fumo, e tem pouca relação com os teores de alcatrão informados.
- Todos os produtos de tabaco atualmente consumidos liberam quantidades consideráveis de carcinógenos conhecidos a seus usuários.
- Os teores de alcatrão e nicotina atualmente medidos por métodos ISO/FTC são enganosos e têm pouco valor na avaliação da exposição humana a carcinógenos.

### Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia<sup>4</sup>

Em 2001, o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia emitiram uma diretiva sobre a fabricação, apresentação e venda de produtos de tabaco. O Artigo 7 da diretiva afirma:

- Termos como “baixo alcatrão”, “light”, “ultralight” e “suave” enganam os consumidores a acreditar que esses produtos são menos nocivos a sua saúde.
- Os níveis reais de substâncias inaladas são determinados não apenas pelo teor de substâncias em um produto antes do consumo, mas também pelo comportamento ao fumar e pelo vício.
- A partir de 30 de setembro de 2003, “...textos, nomes, marcas registradas e sinais figurativos ou outros sugerindo que um produto de tabaco em particular é menos nocivo que outros não devem ser usados na embalagem de produtos de tabaco” na União Europeia.

## CIGARROS “LIGHT” E DE “BAIXO ALCATRÃO”: Achados e declarações

Como a diretriz também proíbe termos de “marca registrada”, a marca “Mild Seven”, produzida pela Japan Tobacco Inc., por exemplo, não pode mais ser vendida na União Europeia.<sup>5</sup>

A diretriz foi contestada pela Japan Tobacco Inc. e pela JT International. O caso foi encerrado por admissibilidade pelo Tribunal de Primeira Instância, e a proibição de termos enganosos e ambíguos na Europa continua em vigor.<sup>6</sup>

### Monografia do Instituto Nacional do Câncer dos Estados Unidos<sup>13</sup>

Em 2001, o Instituto Nacional do Câncer divulgou um relatório abrangente sobre o impacto do marketing de produtos “light” e “baixo alcatrão”, que concluiu o seguinte:

- Evidências epidemiológicas e outras evidências científicas não indicam benefícios à saúde pública decorrentes de mudanças no design e na fabricação de cigarros nos últimos cinquenta anos.
- A publicidade de cigarros light e de baixo alcatrão pode promover a iniciação do fumo e impedir seu abandono, fatores importantes na determinação de doenças relacionadas ao tabagismo.
- O marketing de cigarros light e de baixo alcatrão declarando que estes liberam menos alcatrão e reduzem os riscos à saúde do fumante é “enganoso”, e a escolha desses produtos pelos fumantes como uma alternativa a parar de fumar torna essa fraude um “problema urgente de saúde pública”.

### Comissão Federal de Comércio (FTC) dos Estados Unidos<sup>8</sup>

- Cigarros “light” e “baixo alcatrão” têm seu nome derivado do fato de que, quando medidos por um teste em máquinas de fumo padronizadas desenvolvidas a quase 40 anos, liberam menos alcatrão e nicotina que os cigarros regulares.
- Nos Estados Unidos, o teste padronizado é conhecido como Método do Filtro de Cambridge ou Método FTC. Nos outros lugares do mundo, é conhecido como Método ISO.

- Em 2008, a FTC revogou uma orientação publicada em 1966 que permitia declarações referentes aos teores de alcatrão e nicotina se estes fosse baseados no método FTC.
- Atualmente, empresas de tabaco no mercado norte-americano correm o risco de serem acionadas legalmente pela FTC se usarem as classificações de alcatrão e nicotina medidas pelo método FTC de uma forma que a FTC julgue falsa ou enganosa.
- Há um consenso científico de que as medições em máquina dos teores de alcatrão e nicotina baseadas no Método do Filtro de Cambridge (ex. método ISO) não fornecem informações significativas sobre as quantidades de alcatrão e nicotina que os fumantes recebem dos cigarros, e teores de alcatrão e nicotina baseados nesse falso método de teste provavelmente não ajudarão os fumantes a tomarem decisões informadas.

### Processo Judicial Histórico do Governo Norte-Americano Contra a Indústria do Tabaco

Em 17 de agosto de 2006, o juiz norte-americano Gladys Kessler emitiu uma resolução definitiva no processo judicial histórico do governo norte-americano contra as maiores empresas de tabaco, concluindo o seguinte:

- As empresas de tabaco “falsamente promovem e divulgam cigarros de baixo alcatrão/light como sendo menos nocivos que os cigarros regulares, a fim de manter as pessoas fumando e sustentar as receitas corporativas.”<sup>9</sup>
- As empresas de tabaco sabem há décadas que cigarros “light” não oferecem benefícios claros à saúde, e continuam fazendo afirmações falsas e enganosas a fim de tranquilizar os fumantes e dissuadi-los de parar.<sup>10</sup>

Como parte da resolução contra as empresas de cigarros norte-americanas, o juiz Kessler proibiu as empresas de cigarros de “usar quaisquer descritores que indiquem baixa liberação de alcatrão...que transmitem a falsa impressão de que tais cigarros são menos nocivos”.<sup>9</sup> As empresas apelaram do veredito do juiz Kessler em 2007. Em 2009, o Tribunal de Apelação dos Estados Unidos manteve as decisões finais do juiz Kessler.<sup>11</sup> Os Estados Unidos proibiram termos enganosos com o Family Smoking Prevention and Tobacco Control Act, que entrou em vigor em 22 de junho de 2010.<sup>12</sup>

1. World Health Organization (WHO). Framework Convention on Tobacco Control (FCTC). Geneva: WHO; 2003. Available from: <http://www.who.int/fctc/en/>. 2. World Health Organization (WHO). Scientific Advisory Committee on Tobacco Product Regulation. SACTob conclusions on health claims derived from ISO/FTC method to measure cigarette yield. Geneva: WHO; 2003. Available from: [http://www.who.int/tobacco/sactob/recommendations/en/iso\\_ftc\\_en.pdf](http://www.who.int/tobacco/sactob/recommendations/en/iso_ftc_en.pdf). 3. International Agency for Research on Cancer (WHO IARC). Tobacco and involuntary smoking. Lyon; 2002. Available from: <http://monographs.iarc.fr/ENG/Monographs/vol83/volume83.pdf>. 4. Directive 2001/37/EC Of the European Parliament and of the Council of 5 June 2001. Official Journal for the European Communities. 2001 July 11. 5. The Queen v. Secretary of State for Health, ex parte British American Tobacco (Investments) Ltd. and Imperial Tobacco Ltd, (2002). 6. The ASPECT Consortium. Tobacco or health in the European Union: Past, present and future. Luxembourg: European Commission; 2004; Available from: [http://ec.europa.eu/health/ph\\_determinants/life\\_style/Tobacco/Documents/tobacco\\_fr\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/health/ph_determinants/life_style/Tobacco/Documents/tobacco_fr_en.pdf). 7. National Cancer Institute. Risks associated with smoking cigarettes with low machine-measured yields of tar and nicotine. Smoking and Tobacco Control Monograph no. 13. Bethesda, MD: National Cancer Institute; 2001 October Contract No.: NIH Pub. No. 02-5074. Available from: [http://dceps.nci.nih.gov/terb/monographs/13/m13\\_5.pdf](http://dceps.nci.nih.gov/terb/monographs/13/m13_5.pdf). 8. Federal Trade Commission (FTC). Press Release: FTC rescinds guidance from 1966 on statements concerning tar and nicotine yields. FTC; 2008 [cited 2008 November 26]; Available from: [www.ftc.gov/opa/2008/11/cigaretteyielding.shtm](http://www.ftc.gov/opa/2008/11/cigaretteyielding.shtm). 9. Judge Kessler Final Opinion. United States v. Philip Morris., Civil Action Number 99-2496 (GK) (2006). Available from: <http://www.tobaccofreekids.org/reports/doj/FinalOpinion.pdf>. 10. Tobacco Control Legal Consortium. Light cigarettes-The verdict is in: Findings from United States v. Philip Morris. St. Paul, MN: Tobacco Control Legal Consortium; 2006. Available from: <http://www.tobaccolawcenter.org/documents/lightcigarettes.pdf>. 11. US Court of Appeals. Case No. 06-5267. United States v. Philip Morris, BAT, Council for Tobacco Research-USA. [May 22, 2009]. 12. Family Smoking Prevention and Tobacco Control Act, Pub. L. 111-31, 123 Stat. 1776 (2009)

## **CIGARROS “LIGHT” E DE “BAIXO ALCATRÃO”: Achados e declarações**